

Acórdão nº 9.210/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 16.128.2012-10-TCE
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Acrelândia, exercício de 2011
RESPONSÁVEL: Senhor **Dermival Vilas Boas Staut**
RELATOR: Conselheiro **Antônio Jorge Malheiro**

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Despesa com serviço de contabilidade sem licitação. Despesa com combustível sem licitação. Pagamento aos vereadores por sessão extraordinária. Inconsistências no balanço patrimonial, balanço financeiro e demonstrativo das variações patrimoniais. Restos a pagar sem cobertura financeira. Irregularidade. Condenação à devolução de valores. Aplicação de multa.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** considerar **irregulares** as contas prestadas pelo então Presidente da Câmara Municipal de Acrelândia, Senhor **Dermival Vilas Boas Staut**, referente ao exercício de 2011, com fundamento no artigo 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face das irregularidades a seguir expostas: **a)** despesa com serviço de contabilidade sem licitação no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais); **b)** despesa com combustível sem licitação no valor de R\$ 10.674,87 (dez mil, seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos); **c)** pagamento aos vereadores por sessão extraordinária no valor de R\$ 4.950,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais); **d)** inconsistências no balanço patrimonial, balanço financeiro e demonstrativo das variações patrimoniais; e **e)** restos a pagar sem cobertura financeira; **2)** condenar à **devolução** dos valores gastos irregularmente citados no item “c”, no valor de **R\$ 4.950,00** (quatro mil, novecentos e cinquenta reais); **3)** aplicar **multa de 10% do valor a ser devolvido**; **4)** aplicar **multa** no valor de **R\$ 3.714,00** (três mil, setecentos e quatorze reais), em virtude da realização de despesas sem licitação, com fundamento legal no artigo 89, incisos II e III, da Lei nº 38/93 e dos restos a pagar sem cobertura financeira; **5)** **enviar ao Ministério Público** para tomar conhecimento e adotar as medidas que entender cabíveis; e **6)** para o TCE apurar a **legalidade de pagamento**, no exercício, da remuneração dos vereadores. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 11 de junho de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC

Avenida Ceará, nº 2994, Bairro 7º BEC – Rio Branco/Acre – Cep.: 69.918-111
Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br